

 Tribunal de Contas Mato Grosso TRIBUNAL DO CIDADÃO	GABINETE DO CONSELHEIRO ANTONIO JOAQUIM MORAES RODRIGUES NETO Telefone(s): 3613-7531 / 37534 e-mail: gab.ajoaquim@tce.mt.gov.br
---	--

Ofício nº	: 370/2021/GAB-AJ
------------------	--------------------------

A Sua Senhoria o Senhor
VANTUIR CANDIDO DA SILVA
 Rua R Goiás, 600, Bairro Primavera, CEP 78665-000
ALTO BOA VISTA-MT

Cuiabá-MT, 29 de junho de 2021	
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MATO GROSSO	
POSTAGEM	
Postado no dia:	20/06/2021
Código de bloco:	DA 22255237101
[Assinatura]	

Assunto¹: Citação – Contas Anuais de Governo Municipal – Processo 10.103-6/2020

Ilustríssimo Senhor,

Nos termos dos artigos 6º, 59, 60, 61, da Lei Complementar Estadual 269/2007 (Lei Orgânica TCE-MT), combinados com os artigos 89, 140, 256, 257 e 263 da Resolução Normativa 14/2007 (Regimento Interno TCE-MT), venho **CITÁ-LO** para que tome conhecimento e apresente defesa, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar do recebimento deste, acerca das irregularidades do processo de Contas Anuais de Governo Municipal nº **10.103-6/2020**, exercício 2020, conforme apontamento do Relatório Técnico Preliminar (doc. 148508/2021), em anexo.

Ressalto-lhe que o não atendimento no prazo regimental implicará o prosseguimento normal do referido processo com a aplicação dos efeitos da revelia, nos termos do artigo 6º, parágrafo único, da Lei Orgânica e do artigo 140, § 1º, do Regimento Interno, bem como poderá culminar com a emissão de parecer contrário à aprovação das Contas Anuais de Governo Municipal, do exercício de 2020, da Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista.

Atenciosamente,

(assinatura digital)²
Conselheiro ANTONIO JOAQUIM
 Relator

¹ RITCE/MT, Art. 258, § 2º e art. 259, TCU Acórdão 680/2020 Plenário. Fonte de Informação do endereço: Sistema Control-P, CADUN (Receita Federal) do TCE-MT.
² Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa Nº 9/2012 do TCE/MT.

